



Município  
de  
Carrazeda de Ansiães

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO FINANCEIRO DE 2017

## RELATÓRIO DE GESTÃO



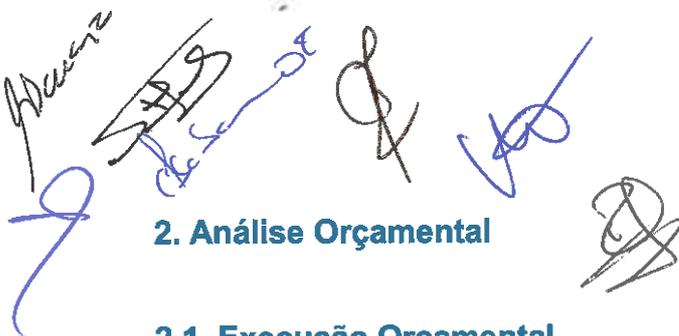
## 1.Introdução

Em conformidade com o preceituado na legislação aplicável submete-se à aprovação do executivo municipal o Relatório de Gestão e demais documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício financeiro de 2017 para apreciação e votação dos órgãos deliberativos.

De forma resumida, o presente Relatório sistematiza a execução orçamental durante o exercício económico de 2017 e a situação económico-financeira do Município no final desse período, com o intuito de espelhar a eficiência na utilização de meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município e a eficácia na realização dos objectivos propostos.

Assim, inicia-se o relatório com a execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da receita e da despesa. De seguida apresenta-se a análise do endividamento municipal, para depois se demonstrar a evolução económica e financeira do Município, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial – Balanço e Demonstração de Resultados, identifica-se ainda os resultados operados no exercício; apresentam-se e analisam-se alguns indicadores de gestão, terminando com a proposta de aplicação do Resultado Líquido de Exercício.

Nota: Os valores são apresentados nos diversos quadros, em Euros (€), pelo que poderá haver alguma discrepância nas somas derivada aos arredondamentos.



## 2. Análise Orçamental

### 2.1. Execução Orçamental

A análise efetuada à execução orçamental, pretende verificar qual a execução das receitas (correntes/capital) e despesa (correntes/capital) do exercício económico de 2017, confrontando as previsões com as execuções do orçamento.

A execução orçamental do Município apresenta-se no quadro resumo que se segue:

**Quadro 1: Resumo da Execução Orçamental**

Natureza	Previsão Corrigida (a)	Execução (b)	Desvio (b-a)	Taxa de Execução (b/a)
<b>Receitas</b>	<b>13.526.004</b>	<b>10.473.679</b>	<b>- 3.052.325</b>	<b>72.80</b>
<b>Corrente</b>	<b>9.328.091</b>	<b>7.566.829</b>	<b>- 1.761.262</b>	<b>80.20</b>
<b>Capital</b>	<b>2.300.586</b>	<b>1.008.636</b>	<b>- 1.291.950</b>	<b>43.80</b>
<b>Outras</b>	<b>1.897.326</b>	<b>1.898.212</b>	<b>-886</b>	<b>100</b>
<b>Despesas</b>	<b>13.526.004</b>	<b>8.099.573</b>	<b>- 5.426.431</b>	<b>59.88</b>
<b>Correntes</b>	<b>7.671.546</b>	<b>5.339.673</b>	<b>- 2.331.873</b>	<b>69.60</b>
<b>Capital</b>	<b>5.854.458</b>	<b>2.759.900</b>	<b>- 3.094.558</b>	<b>47.14</b>

O orçamento corrigido final de 2017 do Município de Carrazeda de Ansiães situou-se nos 13.526.004€.

Do quadro apresentado constatamos que a taxa de execução da receita foi de 72.80%, o que significa que para uma previsão final de 13.526.004€ se atingiu uma execução de 10.473.679€, representando um desvio de (-) 3.052.325€.

Ao comparar a despesa paga com a despesa prevista em orçamento, constata-se que a sua execução foi de 59.88%, tendo sido pago o montante de 8.099.573€, apresentando um desvio de (-) 5.426.431€.

Em matéria de execução orçamental da receita constata-se que as receitas correntes cumpriram com uma taxa de execução de 80.20%, com um valor de receita arrecadada de 7.566.829€ e as receitas de capital atingiram uma execução de 43.80% do total final orçamentado, sendo as receitas de capital as que mais se destacam na realização do orçamento.

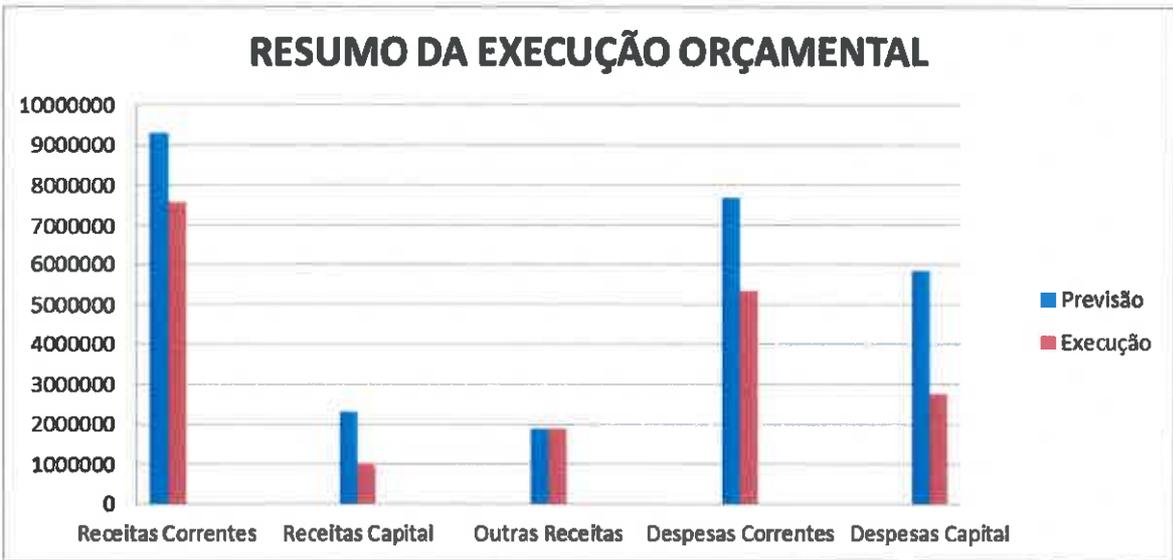
9  
10  
11  
12

Abreu  
13  
14  
15

No capítulo das despesas regista-se que a taxa de execução das despesas correntes foi de 69.60%, o que significa que para uma previsão final de 7.671.546€ se atingiu uma execução de 5.339.673€, originando um desvio de (-) 5.426.431€.

No que respeita às despesas de capital estas apresentam níveis mais elevados, uma vez que para uma previsão de 5.854.458€ atingiu-se uma execução de 2.759.900€, correspondendo a uma taxa de 47.14%.

Gráfico1:Resumo da Execução Orçamental



Analisando o gráfico supracitado verifica-se que a receita arrecadada é substancialmente superior à despesa efetuada.

A abordagem feita neste tópico, tem por base os mapas de execução orçamental da receita e da despesa que fazem parte dos documentos da Prestação de Contas.

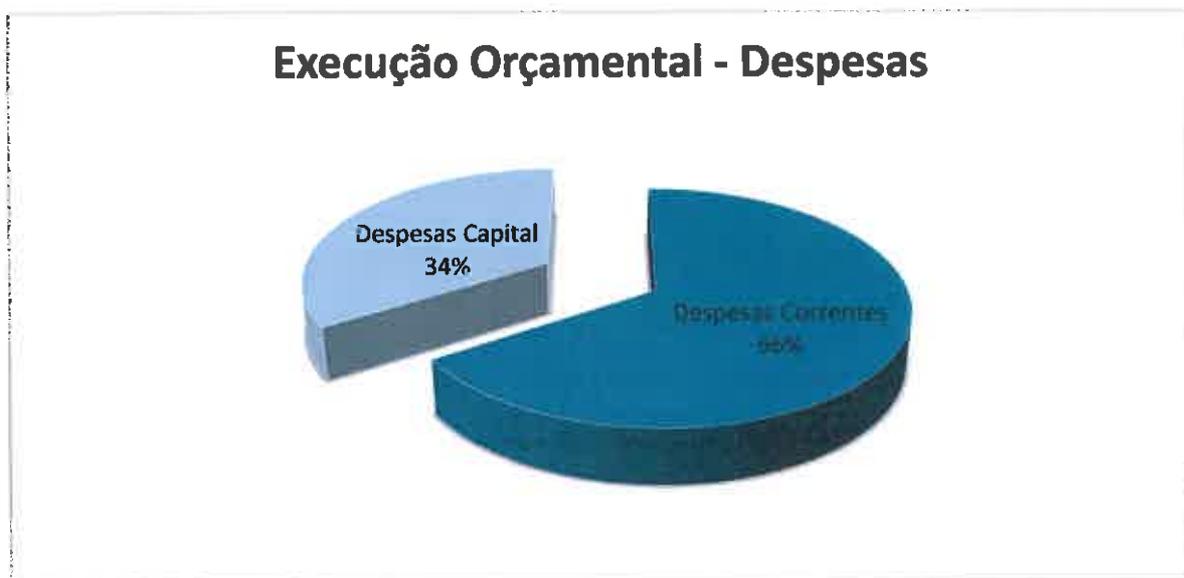
Barra  
Gráfico  
Gráfico  
Gráfico  
Gráfico

Os gráficos que se seguem apresentam de forma sucinta a execução orçamental da Receita e da Despesa:

Gráfico2: Execução Orçamental da Receita



Gráfico3: Execução Orçamental da Despesa





## 2.2. Princípio do Equilíbrio Orçamental

De realçar que o Orçamento é composto por receitas correntes e por receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual natureza; e está sujeito ao Princípio do Equilíbrio Orçamental, sempre na óptica de optimização de recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Handwritten signature and scribbles in the top right corner.

Para aferir o cumprimento do Equilíbrio Orçamental insere-se o seguinte quadro:

Quadro2: Equilíbrio Orçamental – artº40	
	Valor
<b>Equilíbrio Orçamental</b>	<b>1.880.690</b>
Receita Corrente Bruta Cobrada	7.566.829
Despesa Corrente Executada	5.339.673
Amortizações Médias de Empréstimos de médio e longo prazos	346.466

Da análise do quadro ora apresentado, é possível concluir que no ano económico de 2017 o Princípio de Equilíbrio Orçamental foi cumprido de acordo com as exigências da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, tendo a receita corrente cobrada bruta sido superior ao somatório das despesas correntes de amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, gerando uma poupança corrente de 1.880.690€.

De referir que o Município de Carrazeda de Ansiães respeitou na íntegra o Princípio do Equilíbrio Orçamental; tais condições, em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente tendo em vista a sua aplicação nas despesas de investimento.

Quadro3: Operações Orçamentais	
	Valor
Saldo de Gerência (a)	1.897.325
Receita Arrecadada (b)	8.576.353
Despesa Paga (c)	8.099.573
<b>Saldo a transitar (a+b-c)</b>	<b>2.374.105</b>

Conclui-se pois, que a despesa global paga foi inferior à receita global arrecadada em 476.780€. Contudo, se a este montante se acrescentar o saldo da gerência anterior de 1.897.325€, obtemos um saldo de gerência a transitar para o ano económico seguinte

no valor de 2.374.105€.

### 2.3. Análise da Receita

O quadro resumo que se apresenta seguidamente ilustra a execução da receita orçamental no ano de 2017, realizada pelo Município de Carrazeda de Ansiães, bem como efetua a comparação entre os montantes previstos em orçamento e o executado no ano económico em apreço.

Quadro4: Execução da Receita

Designação	Previsão	Execução	Peso	Taxa Execução
Receitas Correntes	9.328.091	7.566.830	69.00	80.20
Receitas de Capital	2.300.586	1.008.637	17.00	43.80
Outras	1.897.325	1.898.212	14.00	100.00
<b>Total</b>	<b>13.526.004</b>	<b>10.473.667</b>	<b>100%</b>	<b>76.80</b>

No decurso de 2017 o Município de Carrazeda de Ansiães registou uma entrada total de receita global de 10.473.667€, representando uma taxa de execução de 76.80% relativamente ao orçamento previsto.

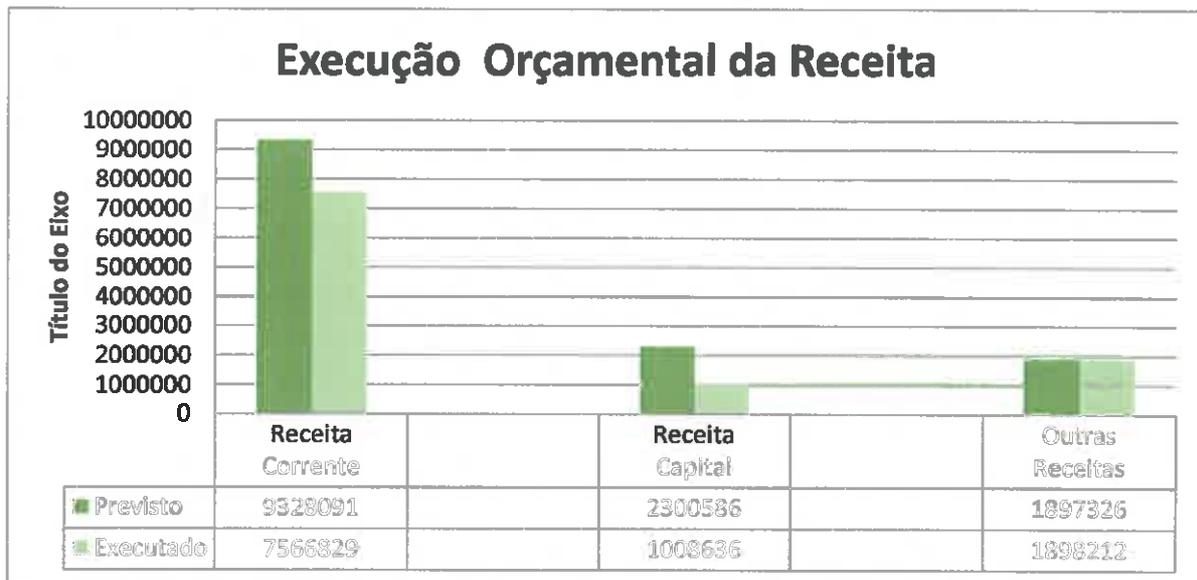
Assim, importa realçar que a receita corrente prevista totalizou 9.328.091€, tendo-se executado 7.566.829€, o que corresponde a uma taxa de 80.20%.

Assinala-se que a receita de capital prevista foi de 2.300.586€ e a taxa de execução foi de 43.80% face ao previsto.

Em suma, o Município de Carrazeda de Ansiães, no exercício económico de 2017, arrecadou uma receita corrente de 7.566.829€, uma receita de capital de 1.008.636€ e 1.898.212€ de outras receitas, perfazendo um total de receita de 10.473.667€.

O gráfico seguinte ilustra a composição da receita corrente e de capital nos montantes previstos e executados no ano de 2017:

Gráfico4: Execução Orçamental da Receita Corrente / Capital



Por forma a compreender melhor este capítulo, procede-se a uma apreciação da estrutura da receita.

Quadro5: Estrutura da Receita

Receitas	Execução	%
<b>Receitas Próprias</b>	<b>1.955.900</b>	<b>23.03</b>
<b>Transferências</b>	<b>6.536.385</b>	<b>76.97</b>
<b>Total</b>	<b>8.492.285</b>	<b>100%</b>

O capítulo das receitas próprias compreende todos os recursos financeiros que resultam das cobranças efetuadas pelos municípios, nos termos da Lei.

*Abundante*  
*Abundante*  
*Abundante*  
*Abundante*  
*Abundante*

**Quadro6: Estrutura das Receitas Próprias**

<i>Receitas</i>	<i>Execução</i>	<i>%</i>
<b>Correntes</b>	<b>1.832.930</b>	<b>93.75</b>
<i>Impostos Diretos</i>	630.764	32.26
<i>Impostos Indiretos</i>	1.680	0.08
Taxas, Multas, O. Penal.	92.516	4.73
Rendimentos Propriedade	385.436	19.72
Venda bens/serviços	130.136	6.66
Outras Receitas	592.398	30.30
<b>Capital</b>	<b>122.080</b>	<b>6.25</b>
Venda Bens Investimento	43.000	2.20
Outras Receitas	79.080	4.05
<b>Total</b>	<b>1.955.010</b>	<b>100%</b>

Com base no quadro acima apresentado, as receitas fiscais constituem um contributo determinante na estrutura da receita da autarquia, sendo os impostos diretos a deter um peso importante no cômputo geral das receitas próprias, com um valor 630.764€, representando 32.26% das receitas próprias.

No capítulo dos impostos indiretos foram arrecadados apenas 1.680€ e no âmbito das taxas, multas e outras penalidades foi possível arrecadar 92.516€.

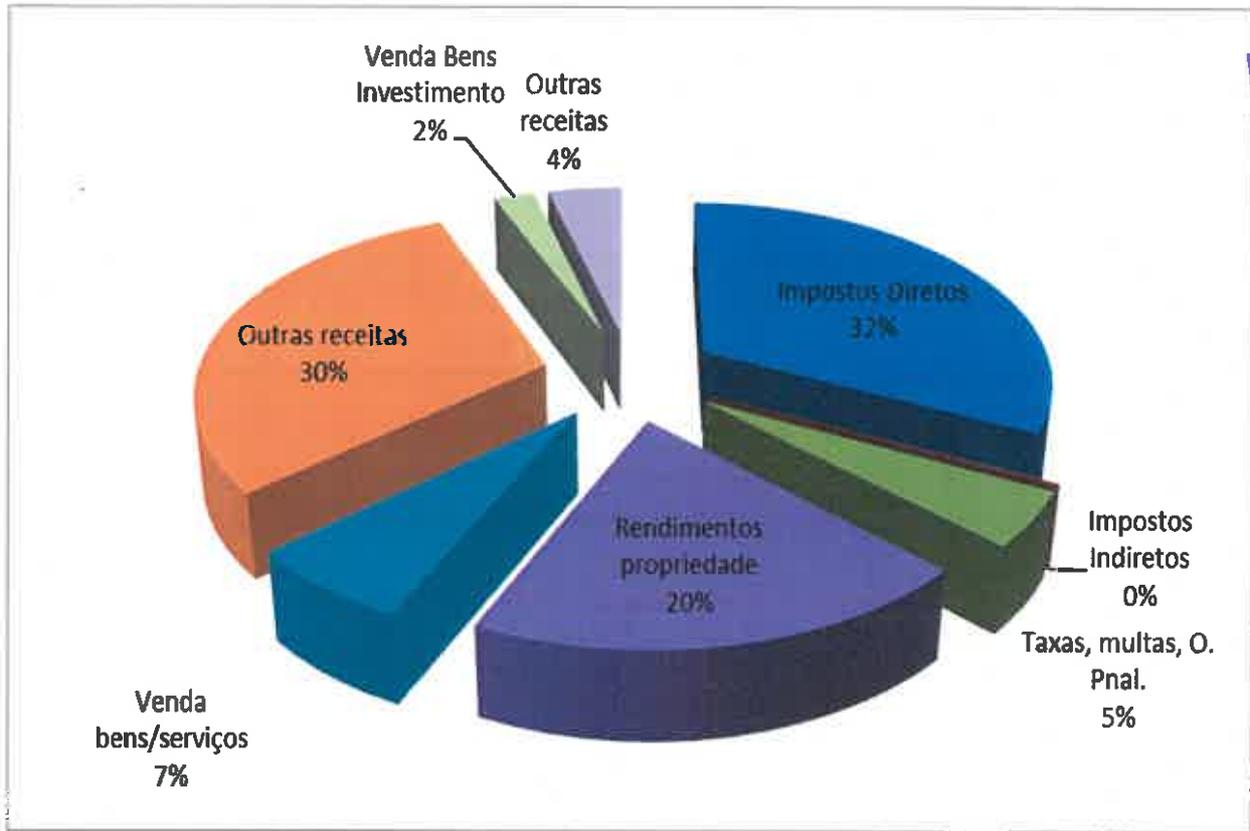
Já nos rendimentos de propriedade a arrecadação foi de 385.436€, e o encaixe financeiro na rúbrica da venda de bens e serviços foi de 130.136€.

Por fim, em matéria das rúbricas das Receitas Próprias na componente capital, registou-se uma execução de 122.080€, sendo 43.000€ referentes a venda de Bens de Investimento e 79.080€ de Outras Receitas

*Handwritten signature in blue ink at the top left of the page.*

*Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.*

Gráfico5: Estrutura das Receitas Próprias



Quadro7: Estrutura das Transferências

Receitas	Execução	%
<b>Correntes</b>	<b>5.649.829</b>	<b>86.43</b>
Fundos Municipais	5.526.882	84.54
Outras	122.947	1.89
<b>Capital</b>	<b>886.556</b>	<b>13.57</b>
Fundos Municipais	592.973	9.07
Exterior	293.583	4.50
<b>Total</b>	<b>6.536.385</b>	<b>100%</b>

Neste ano económico verifica-se que as receitas provenientes das transferências-correntes e de capital, continuam a assumir grande preponderância no contexto global da receita, com uma vantagem clara nas correntes, mostrando uma certa dependência que o Município tem perante os fundos municipais.

*Assina*  
*[Handwritten signatures and initials]*

## 2.4. Análise da Despesa

Para um melhor entendimento vamos a analisar a estrutura da despesa ao nível da previsão e da execução, numa óptica de caixa.

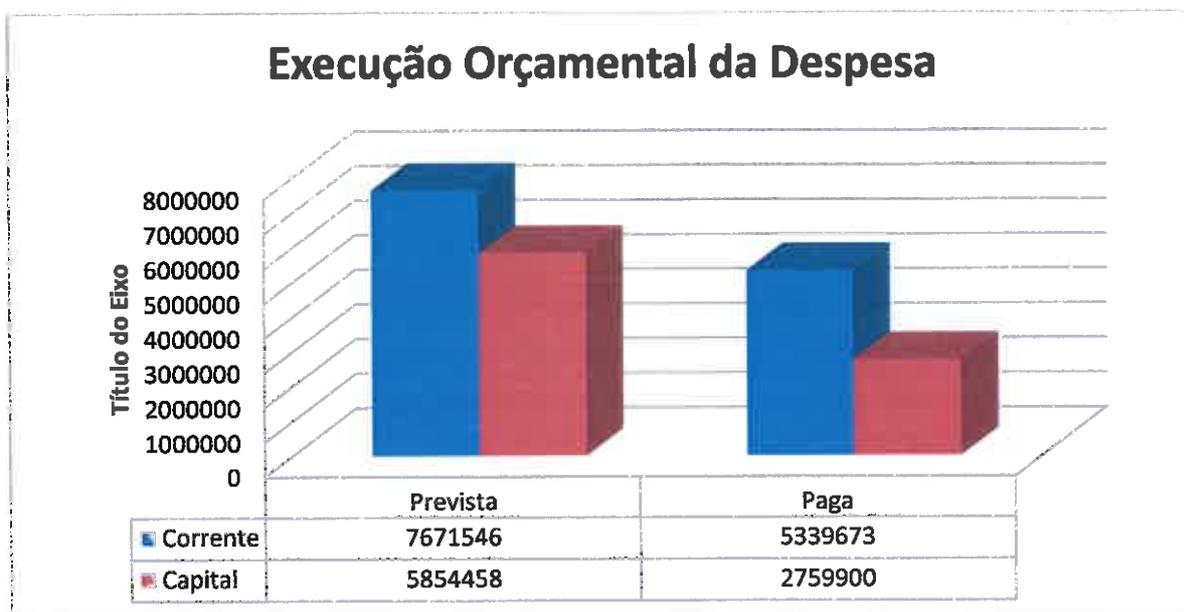
Quadro8: Estrutura da Despesa

Designação	Previsão	Paga	Taxa Execução
<b>Corrente</b>	7.671.546	5.339.673	69.60
<b>Capital</b>	5.854.458	2.759.900	47.14
<b>Total</b>	<b>13.526.004</b>	<b>8.099.573</b>	<b>59.88</b>

A despesa paga global foi de 8.099.573€, verificando-se que a despesa corrente executada foi de 5.339.673€ e a de capital foi de 2.759.900€.

Por comparação com o orçado final para o ano, a taxa de execução da despesa geral é de 59.88%, observando-se que, em sede de despesa corrente, a taxa de execução é de 69.60% e em matéria de despesas de capital é de 47.14%.

Gráfico 6: Execução Orçamental da Despesa Corrente / Capital



O gráfico seguinte ilustra estrutura da despesa paga pelo Município de Carrazeda de Ansiães no ano de 2017:

Gráfico7: Estrutura da Despesa Paga



Por forma a compreender melhor este capítulo passamos a uma abordagem de despesa sob a perspectiva da estrutura das despesas de funcionamento, seguida de uma abordagem das transferências e subsídios, passando pelo investimento global, para por ultimo, abordar o serviço da dívida.

Quadro9: Estrutura das Despesas de Funcionamento

	Paga	Funcionamento %	Correntes %	Total %
<b>Pessoal</b>	2.463.575	55.60	46.18	30.42
<b>Aquisição Bens/Serviços</b>	1.898.142	42.80	35.55	23.44
<b>Outras Correntes</b>	72.469	1.64	1.36	0.89
<b>Total Funcionamento</b>	4.434.186	100%	83.04	54.75
<b>Total Correntes</b>	5.339.673		100%	65.92
<b>Total Geral das despesas pagas</b>	8.099.573			100%

As despesas de funcionamento são compostas por: Despesas com o Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Outras Despesas Correntes.

Estas despesas retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo Município.

Posto isto, as despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços, e ao nível destas despesas, no ano 2017, as despesas com o pessoal assumem-se como o grupo com maior expressão, obtendo um peso de 55.60%, seguindo-se as despesas com a aquisição de bens e serviços com 42.80%.

Na globalidade das despesas correntes, as assumidas com o pessoal representam 55.60% das despesas de funcionamento, 46.18% das despesas correntes e 30.42% das despesas totais, em termos de despesa paga.

**Quadro10: Estrutura das Transferências Correntes**

	Paga
<b>Transferências Correntes</b>	<b>897.869</b>
Soc. e quase soc. não financeiras	55.060
Administração Central	920
Administração Local	414.737
Inst. S/ Fins Lucrativos	283.399
Famílias	143.751
<b>Total despesas correntes</b>	<b>5.339.673</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.099.573</b>

No agrupamento das transferências correntes englobam-se os montantes das transferências para instituições sem fins lucrativos, para freguesias, para as famílias e as diversas instituições que desenvolvam actividades de interesse municipal.

A rubrica das transferências correntes continua a ter um peso significativo na execução orçamental do Município, representando um valor pago de 897.869€ e correspondendo a 16.85% das despesas correntes e 11.80% das despesas totais.

Quadro11: Estrutura do Investimento Global

	Paga	Investimento Global %
<i>Aquisição Bens Capital</i>	2.016.050	84.57
<i>Transferências Capital</i>	302.273	12.68
<i>Ativos Financeiros</i>	65.556	2.75
<b>Total Geral</b>	<b>2.383.879</b>	<b>100%</b>

O investimento global do Município é composto pelas aquisições de Bens de Capital, Transferências de Capital e Ativos Financeiros.

Neste âmbito assumem preponderância as despesas com a aquisição de bens de capital que se traduz na execução do PPI, correspondendo a uma despesa paga de 2.016.050€.

Quadro12: Estrutura do Serviço de Dívida

	Paga	%
<i>Encargos Financeiros</i>	4.629	1.22
<i>Passivos Financeiros</i>	376.020	98.78
<b>Total</b>	<b>380.649</b>	<b>100%</b>

O serviço da dívida do Município é caracterizado pelos encargos financeiros e pelos passivos financeiros.

A rubrica de passivos financeiros reporta-se às amortizações pagas com os empréstimos de médio e longos prazos contraídos pelo Município junto das instituições bancárias e totalizou o montante de 376.020€.



### 3. Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, o limite da dívida total para cada Município em 2017 é apurado da seguinte forma: "O valor da dívida total das operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O limite da dívida total do Município em 2017, é apurado do seguinte modo:

Quadro13: Limite da Dívida Total em 31-12-2017- Art.º 52 e 54º da Lei 75/2013, de 3 de setembro

	Designação	Valor
(1)	<b>Receita Corrente Líquida</b>	
	Receita Corrente Líquida 2014	6.847.588
	Receita Corrente Líquida 2015	6.780.178
	Receita Corrente Líquida 2016	6.816.443
(2)	<b>Média R.C.L. nos 3 anos anteriores</b>	<b>6.814.736</b>
(3)=(2)*1.5	<b>Limite da Dívida Total</b>	<b>10.222.105</b>
(4)=(5)+(6)	<b>Dívida Bruta do Município</b>	<b>1.406.416</b>
(5)	<b>Empréstimos de mlp</b>	<b>1.283.660</b>
(6)	<b>Dívida a Fornecedores</b>	<b>122.756</b>
(7)	<b>Dívida Bruta das Entidades</b>	<b>301.263</b>
	ANMP	230
	AMTQT	301.033
(8)= (4)+(7)	<b>Total</b>	<b>1.707.679</b>
(9)= (3)-(8)	<b>Margem limite legal da dívida total</b>	<b>8.514.426</b>
(10)= (9)/(3)	<b>Margem limite legal da dívida total %</b>	<b>83.30</b>
(11)= (9)*20%	<b>Margem possível para aumento dívida total em 2018</b>	<b>1.702.885</b>

No que diz respeito ao cálculo da dívida total do Município para o ano de 2017, é de referir que o montante atribuído à contribuição das entidades corresponde ao valor do 4º trimestre de 2017. Apesar de terem sido efetuadas todas as diligências no sentido da obtenção das demonstrações financeiras das restantes entidades - além da ANMP e da AMTQT - (ADRVT, DESTAQUE, ENSINANSIÃES, Fundação Museu do Douro e CIMDOURO), à data de elaboração deste relatório aguardamos ainda os valores reportados a 31 de dezembro de 2017.



Do exposto e, ressalvando as limitações decorridas da informação obtida pelas entidades participadas, o Município apresenta no exercício de 2017 uma dívida de 1.707.679€, o que se traduz numa margem positiva de 8.514.425€ em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 10.222.105€.



#### 4. Análise Patrimonial

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras do Município constituem um dos objetivos e princípios definidos no POCAL.

O Balanço e Demonstração de Resultados proporcionam uma visão completa da situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município, à data de encerramento do exercício.

##### 4.1 Balanço

Com a apreciação do Balanço face ao ano transato, pretende-se analisar a evolução da situação do Município a 31 de Dezembro de 2017.

O Balanço é constituído pelos seguintes elementos:

- ✓ Ativo – Apresenta o conjunto de bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos;
- ✓ Fundos Próprios – Expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados;
- ✓ Passivo – Constituído pelo conjunto de obrigações do Município, provisões para fazer face a riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos.

A estrutura patrimonial do Município, bem como a sua evolução entre os exercícios de 2016 e de 2017, é apresentada no quadro seguinte:

**Quadro 14: Balanço**

	2016	2017
<b>Ativo</b>	<b>43.461.653</b>	<b>44.132.367</b>
Ativo Fixo		
<b>Imobilizado</b>	<b>36.304.559</b>	<b>36.484.337</b>
Bens Domínio Público	15.620.253	15.577.391
Imobilizado Corpóreo	20.684.306	20.906.946
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>2.934.243</b>	<b>2.934.243</b>
Ativo Circulante	<b>4.206.370</b>	<b>4.698.498</b>
Existências	164.297	186.111
Dívidas de Terceiros	1.908.684	1.840.876
Disponibilidades	2.133.389	2.671.510
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>16.481</b>	<b>15.287</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>34.993.675</b>	<b>35.987.127</b>
Património	7.914.416	8.548.722
Reservas	1.000.404	1.000.404
Resultados Transitados	25.444.549	25.282.388
Resultado Líquido	634.306	1.155.612
<b>Passivo</b>	<b>8.467.980</b>	<b>8.145.240</b>
Provisões	48.004	19.107
Dívidas a Terceiros ml	1.659.681	1.283.660
Dívidas a Terceiros cp	676.728	683.004
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>6.083.567</b>	<b>6.159.467</b>

O Ativo do Município regista em 31 de Dezembro de 2017 um montante global de 44.132.367€, tendo origem em Fundos Próprios cujo valor ascende a 35.987.127€ e o Passivo que atinge o montante de 8.145.240€.

Em comparação com o ano de 2016, o Ativo Fixo aumentou em 179.778€, passando de 36.304.559€, em 2016, para 36.484.337€, no ano de 2017, sendo na sua maior fatia proveniente da variação positiva dos bens de domínio público, seguida das imobilizações corpóreas.

O Ativo continua constituído maioritariamente pelo Imobilizado, apresentando um montante de 36.484.337€

Os Investimentos Financeiros são o segundo elemento patrimonial com maior peso na



estrutura do Ativo, com um montante de 2.934.243€, seguidos da rubrica das Disponibilidades, com um montante de 2.671.510€.

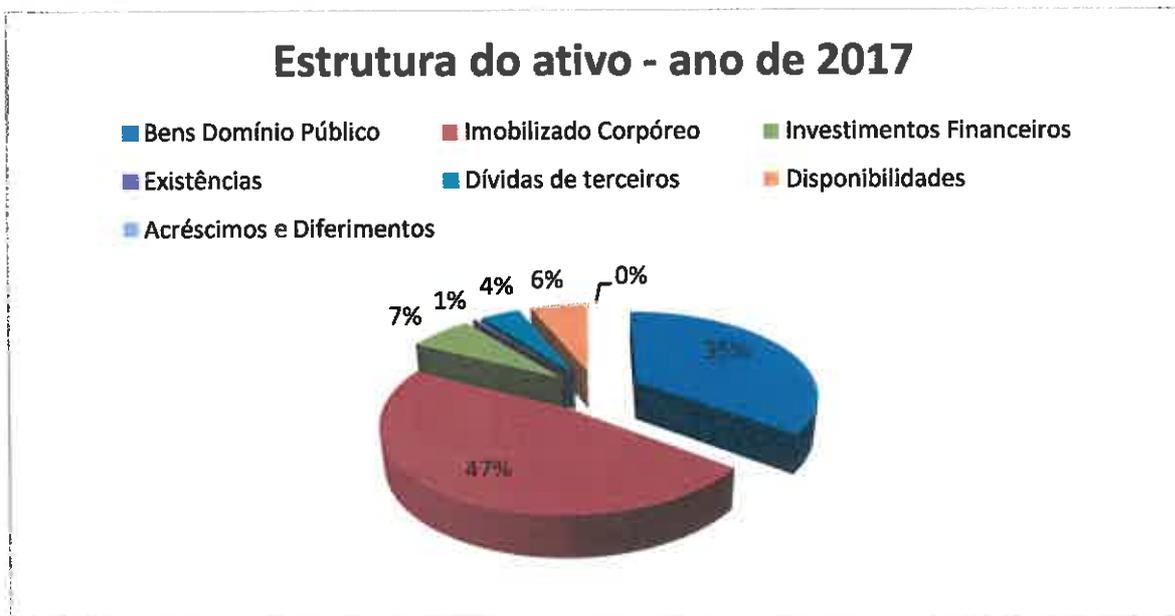
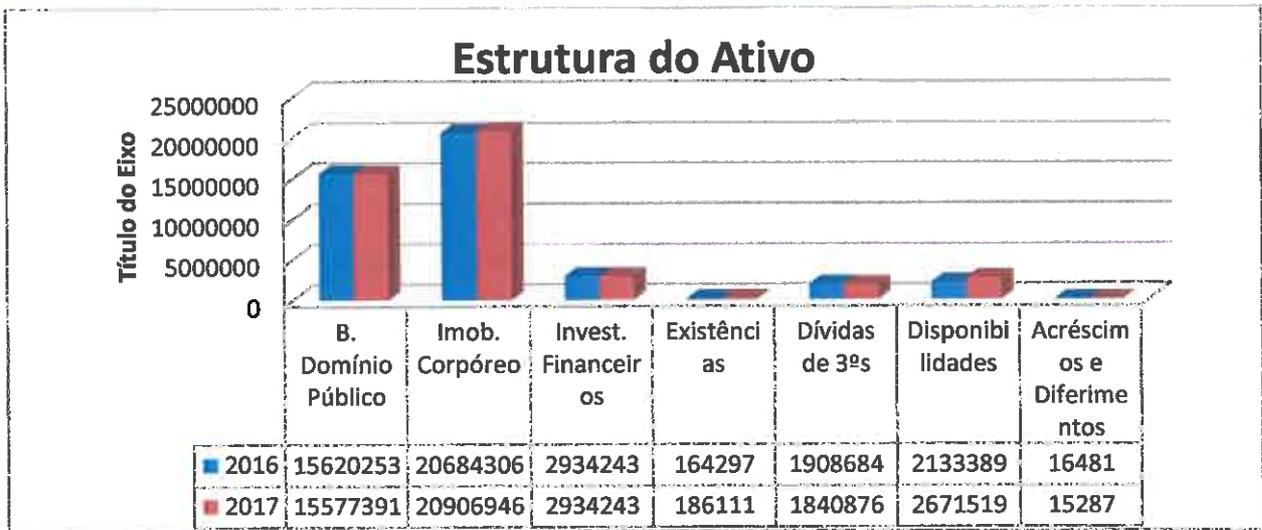
As Dívidas a Terceiros diminuíram ligeiramente, tendo passado de 1.908.684€, em 2016, para 1.840.876€, no ano 2017.

As rubricas das Existências e dos Acréscimos e Diferimentos apresentam valores residuais, no que se refere ao peso na estrutura do Ativo total.

O Passivo do Município é maioritariamente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo um valor muito reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

O aumento verificado no total dos Fundos Próprios, em relação ao final do ano 2016, é influenciado pelo aumento da rubrica do Património, que resulta da incorporação do Resultado Líquido de Exercício do ano transato, conforme o disposto no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

No que diz respeito ao Passivo, em 31 de Dezembro de 2017, registou um valor de 8.145.240€, o que revela um decréscimo de 322.739€, influenciado pela diminuição da rúbrica das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e pela rúbrica de acréscimos e diferimentos, que também registou um decréscimo de 75.900€, por força da aplicação do princípio da Especialização dos Exercícios.





Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.

Handwritten initials and signature in blue ink on the right side of the page.

Gráfico 10: Estrutura do Fundos Próprios – Anos 2016 e 2017

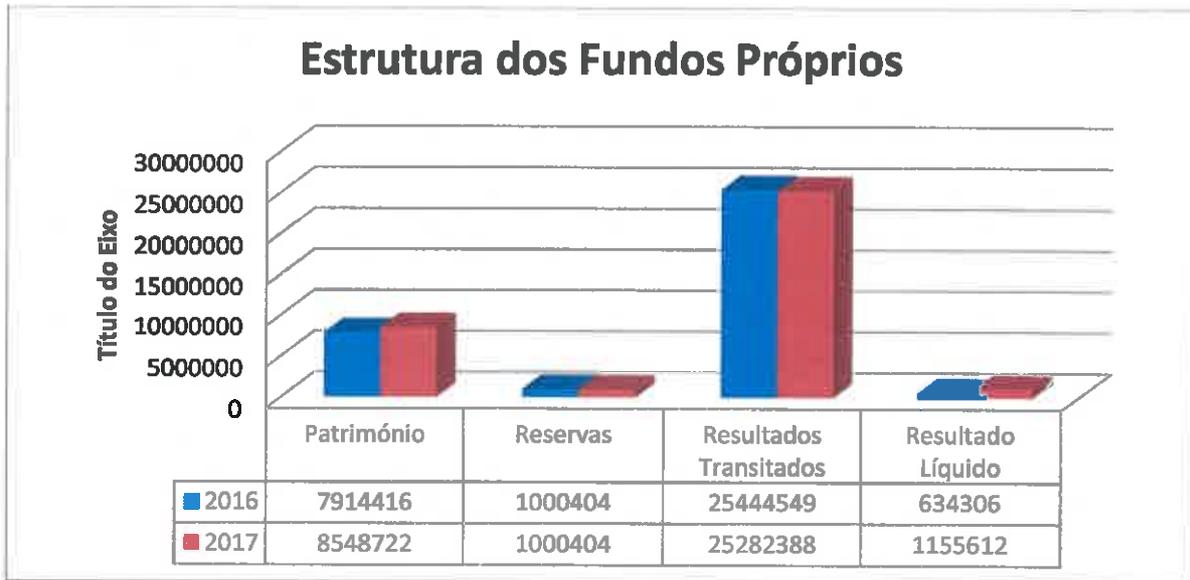


Gráfico 11: Estrutura dos Fundos Próprios – Ano 2017



Gráfico12: Estrutura do Passivo – Anos 2016 e 2017

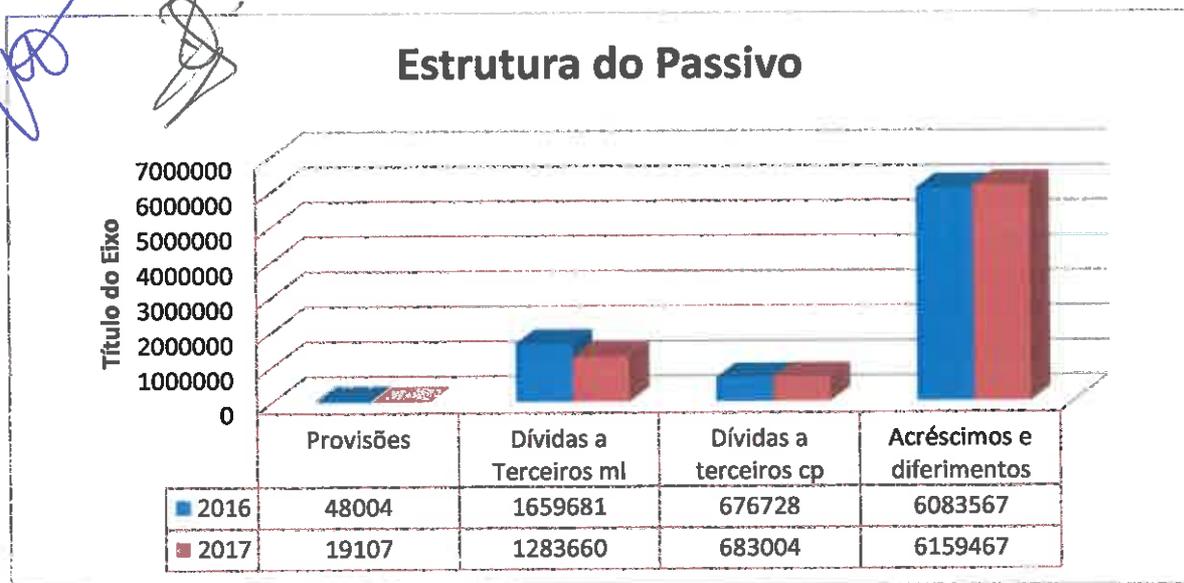
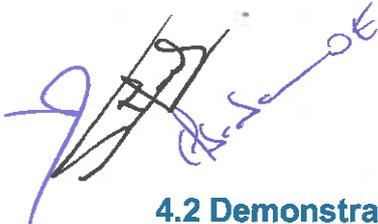


Gráfico13: Estrutura do Passivo – Anos 2017





## 4.2 Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o Resultado de Exercício foi gerado tendo em conta o comportamento dos Custos e dos Proveitos.



Os quadros seguintes patenteiam, de forma desagregada os Proveitos, os Custos e os Resultados, efetuando uma análise comparativa, entre o ano de 2016 e de 2017.



### 4.2.1 Proveitos

No exercício referente ao ano de 2017, registam-se Proveitos no montante de 8.533.937€, registando um aumento de 836.139€ em relação aos proveitos obtidos no ano precedente.

Desta forma, no quadro e no gráfico seguinte é possível visualizar a evolução dos Proveitos no ano de 2017 e a sua distribuição percentual face ao exercício de 2016.

Quadro15: Proveitos

	2016	2017
<b>71 - Venda e Prestação de Serviços</b>	481.272	487.126
<b>72 - Impostos e Taxas</b>	685.693	800.418
<b>74 - Transferências e Subsídios Obtidos</b>	6.001.263	6.317.802
<b>78 - Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	42.186	47.843
<b>79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	487.384	880.746
<b>Total</b>	<b>7.697.798</b>	<b>8.533.937</b>

Gráfico14: Estrutura dos Proveitos – Anos 2016 e 2017

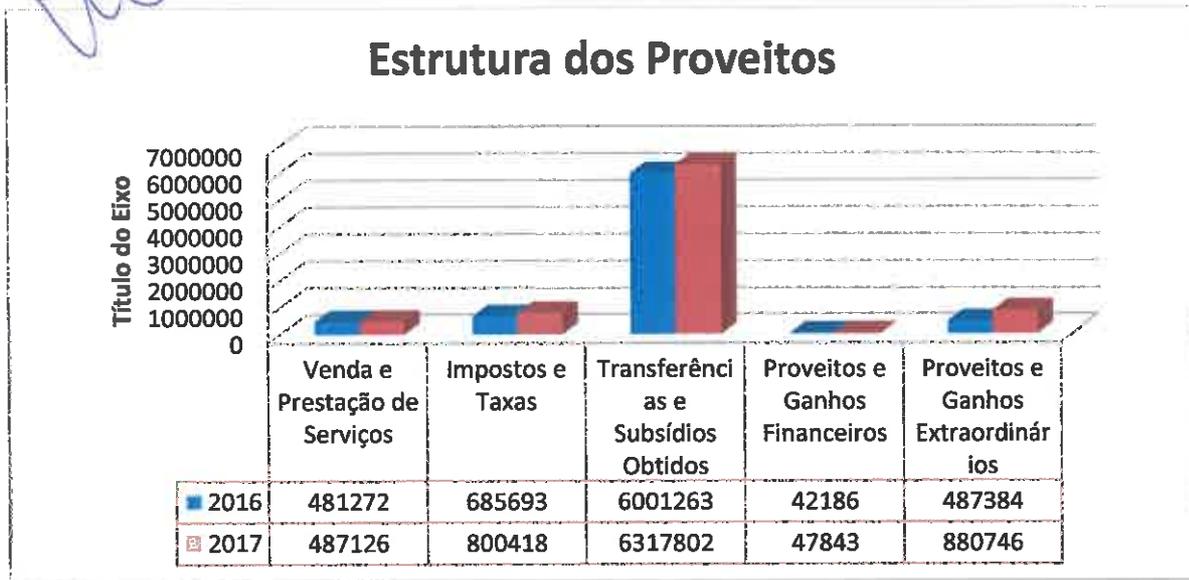


Gráfico15: Estrutura dos Proveitos – Ano 2017





### 4.2.2 Custos

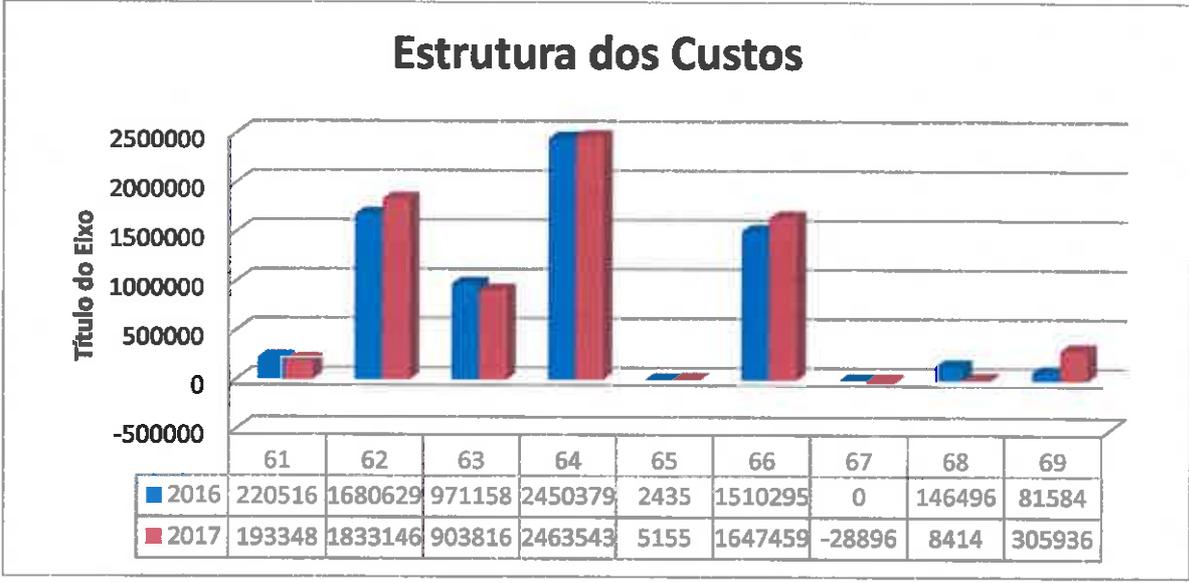
Os custos do exercício económico de 2017 totalizaram o montante de 7.378.324€, representando um aumento de 314.832€ quando comparado com o ano anterior.

Handwritten signature and initials in blue ink on the right side of the page.

**Quadro 16: Custos**

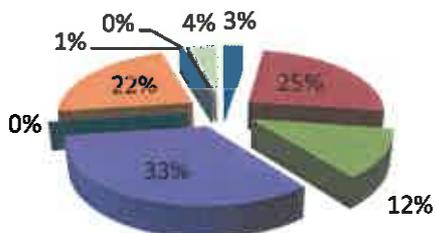
	2016	2017
<b>61 -CMVMC</b>	220.516	193.348
<b>62 – FSE</b>	1.680.629	1.833.146
<b>63 – Transferências e Subsidios Correntes</b>	971.158	903.816
<b>64 – Custos com Pessoal</b>	2.450.379	2.463.543
<b>65 – Outros Custos e Perdas Operacionais</b>	2.435	51.555
<b>66 – Amortizações de Exercício</b>	1.510.295	1.647.459
<b>67 – Provisões do Exercício</b>	0	-28.896
<b>68 – Custos e Perdas Financeiras</b>	146.496	8.414
<b>69 – Custos e Perdas Extraordinárias</b>	81.584	305.936
<b>Total</b>	<b>7.063.492</b>	<b>7.378.324</b>

**Gráfico 16: Estrutura dos Custos – Anos 2016 e 2017**



### Estrutura dos Custos - 2017

- CMVMC
- FSE
- Transfer. E Subs. Correntes
- Custos com Pessoal
- Outros Custos e Perdas Operac.
- Amortizações de Exercício
- Provisões do Exercício
- Custos e Perdas Financeiras
- Custos e Perdas extraordinárias



#### 4.2.3 Resultados

A evolução dos Resultados pode ser analisada no quadro e no gráfico a seguir apresentados:

Quadro17: Resumo da Demonstração de Resultados

	2016	2017
<b>Operacionais (a)</b>	332.816	541.372
<b>Financeiros (b)</b>	-104.310	39.429
<b>Extraordinários (c)</b>	405.800	574.810
<b>Total</b>	<b>634.306</b>	<b>1.155.612</b>



Os resultados operacionais também conhecidos como resultados económicos, refletem os ganhos ou perdas do Município, que no caso do Município de Carrazeda de Ansiães totalizou um ganho de 541.372€. Para este resultado concorre o diferencial entre os Proveitos Operacionais, com um valor de 7.605.346€, e os Custos Operacionais, com um valor de 7.063.974€.

Assim, conclui-se que os resultados operacionais foram superiores aos do ano 2016, passando de 332.816€ para 541.372€

Os resultados financeiros tiveram um desempenho positivo, em 2017, totalizando o montante de 39.429€.

Também os resultados extraordinários apresentam em 2017, um aumento significativo passando dos 405.800€ em 2016 para 574.810€.



## 5. Indicadores de Gestão

### 5.1. Liquidez Geral

Mede a capacidade que o Município tem para fazer face aos débitos ou compromissos de curto prazo. Verifica-se que o Município não tem dificuldades de tesouraria, pois apresenta uma taxa de 687.92%. (Liquidez Geral = Ativo Circulante/Passivo Exigível de cp)

### 5.2. Endividamento

Mede o grau de dependência de financiamento externo, face ao financiamento total e apresenta uma taxa de 4.50%. (Endividamento = Passivo / Ativo Líquido)

### 5.3. Autonomia Financeira

Traduz a estrutura de capitais do Município, ou seja, a forma como são financiados os ativos.

O rácio apresenta um valor de 81,54%, o que significa que o Município apresenta um bom grau de Autonomia Financeira. (Autonomia Financeira = Fundo Próprio / Ativo Total)

## 6. Proposta de Aplicação de Resultados

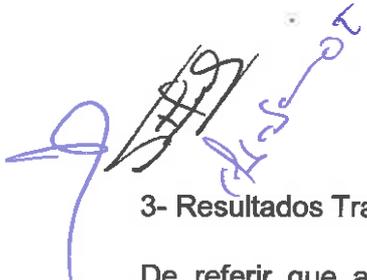
Em conformidade com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 "Património", terá de ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL, explicita que a conta 57.1 "Reservas Legais", deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do RLE.

Assim, nos termos do estipulado, a Câmara Municipal propõe que, o RLE de 2017 apurado, no montante de 1.150.176,06€ se aplique da seguinte forma:

1 – Património: 2.777.751,41

2 – Reservas Legais: 57.508,80€



3- Resultados Transitados: 814.915,85€

De referir que a aplicação do RLE é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

## 7. Contas Consolidadas

De acordo com o ao disposto no art.º 75 da Lei nº 73/2013 este município encontra-se legalmente obrigado à consolidação de contas por força da sua participação na Escola Profissional de Ansiães.

Conforme resulta do art.º 76 nº 2 a consolidação ocorrerá na sessão do mês de Junho.

## 8. Contabilidade de Custos

O POCAL, estabelece a obrigatoriedade de implementação da Contabilidade de Custos no apuramento dos custos por funções.

No decorrer do ano de 2017, as condições básicas para obtenção de informação sobre os custos encontram-se reunidas, sendo agora necessário um acompanhamento mais intensivo na área dos outputs produzidos para que possam garantir a fiabilidade da informação obtida através dos subsistemas contabilísticos.

